

## A CONSTITUIÇÃO DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA CÔRSEGA E O USO DA PROPAGANDA ARMADA

**S**e, em termos empíricos, cada um de nós é capaz de identificar a violência, no plano conceitual isto é bem mais difícil. A violência está indissociavelmente ligada à idéia de transgressão. O contexto político dessa relação torna problemática a adoção de uma posição de princípio contra a violência. O que pode ser interpretado como uma agressão ou um perigo, para a ordem da cidade, em certos casos, é uma resposta social e política libertadora.

O ponto de vista normativo é apenas uma abordagem, entre tantas outras, referente à reunião de indivíduos em um grupo decidido a se fazer entender por meio do emprego de forças armadas. O desafio estimulante para uma sociologia da ação poderia consistir em decompor as sequências de tempo e de gestos de reivindicação que, às vezes, os próprios atores procuram inscrever em uma totalidade, dentro de um determinado período. O estudo da ação organizada apresenta um desafio maior que leva a refletir sobre os diferentes níveis do fazer e de seus significados. Rearticular a experiência individual ou coletiva, sem negligenciar a sociedade, nos conduzirá a repensar as modalidades de passagem de fronteiras estabelecidas por sucessivas leituras te-

F.-M. CECCALDI\*,  
PHILIPPE PESTEIL\*\*

### RESUMO

Partindo do princípio de que a violência está associada à transgressão da ordem, os autores analisam os códigos de reciprocidade e valores presentes em comportamentos coletivos. Verificam o contexto político libertário que conduz jovens à violência por meios ilegais, tendo como referência o papel da Frente Nacional de Libertação da Córsega. Consideram que o desafio teórico estimulante de uma sociologia da ação consiste em compreender a ação organizada em uma complexa rede de relações significativas, rearticulando experiência individual e sociedade.

### ABSTRACT

The author hold as their starting point the principle that violence is associated with violation of order, and they analyze the codes of mutual exchange found in group behavior. The authors exam the libertarian-political environment that carry youngsters to violence by means of illegal practices, having as reference the role of Corsica's National Liberation Front. They hold that the theoretical stimulating challenge to be found within an active sociology consists in one understanding the logic of organized action in a complex web of meaningful relationships that will thus rearticulate both individual experience and society.

\* F.-M. Ceccaldi é doutora em Sociologia e pesquisador na Universidade da Córsega.

\*\* Philippe Pesteil é antropólogo, professor (*maître de conférence*) da Universidade da Córsega.

óricas. A produção de um modelo explicativo não é objetivo deste artigo; nos limitaremos a evidenciar algumas articulações impossíveis de serem ignoradas em casos desse tipo.

Observemos que, entre os anos 1960 e início dos 1970, a emancipação da palavra se beneficiou de uma conjuntura favorável. O questionamento das hierarquias sociais existentes, com certeza, alteraria os equilíbrios culturais estabelecidos. A delimitação, pela juventude, de seu espaço político, é um exemplo. Por trás do hipotético conflito entre gerações – ao mesmo tempo “ingênuo” e carregado de utopismo, que algumas vezes nos querem apresentar – estão em jogo transformações profundas. O sucesso de várias expressões de contestação de uma decisão levou, nessa época, a uma modificação irreversível das regras do jogo (J.-D. REYNAUD, 1989). A ecologia ou o feminismo alimentaram, abundantemente, os coletivos que tornaram a palavra pública: atente-se, por exemplo, para Plogoff ou para a lei Veil, em 1975.

Os referenciais de análise e a organização da sociedade vivenciam, simultaneamente, uma renovação. É nesse contexto social, rico em transformações, que surgem as teorias da ação

coletiva e a noção de novos movimentos sociais. Não obstante a constituição de um campo vasto e emergente no qual estamos inseridos, ainda hoje, nenhuma chave teórica satisfaz plenamente as nossas buscas de explicação. Constitui-se objeto de análise, neste artigo, o uso que a Frente de Libertação Nacional da Córsega (FLNC) faz da violência, nomeado, pelo próprio movimento, de propaganda armada. A violência se manifesta pela destruição dos bens conhecidos como símbolos da dominação colonial (sic).

Em 5 de maio de 1976, a FLNC anunciava sua criação, reivindicando a autoria de vinte e um atentados cometidos na noite anterior. É preciso observar, entretanto, que o recurso a esse modo de ação é anterior à sua criação. Em 1964, a Sociedade de Economia Mista pela Valorização da Córsega [Société d'Économie Mixte pour la Mise en Valeur de la Corse – SOMIVAC] tornou-se símbolo da desapropriação fundiária e foi transformada em alvo. A venda de terras a recém-chegados para mudar a escala da prática agrícola transforma-se no foco do descontentamento popular. Em 1968, os bens e as propriedades pertencentes aos repatriados de países do Norte da África serão atacados por bombas caseiras. Os acontecimentos de Aléria, em agosto de 1975, considerados ainda hoje como tempos duros da história coletiva, emblemáticos da recusa da política de Estado implementada na ilha, são ações de militantes oriundos do movimento público regionalista e de agricultores.

Nosso objetivo não é reconstituir a genealogia da violência política na Córsega. Ela assume, lá, como em qualquer outro local, formas múltiplas e variadas, de acordo com os períodos e as normas em vigor. Considerando que a concepção de violência não é idêntica em uma sociedade marcada pela brutalidade de seu sistema repressivo e uma organização que se esforça para distinguir entre punição e sanção, refutamos as especulações sobre uma violência endêmica, amalgamando, sem distinção, os bandidos dos séculos XVIII, XIX, os *Maquis* que estão na origem do movimento de libertação da Córsega, em 1943, e os homens da FLNC<sup>1</sup>.

Para apreender a natureza do engajamento dos homens da FLNC, procuramos seus membros fundadores. A passagem ao ato, que é da ordem da expressão contestatória, nos leva a questionar diversos ramos da sociologia. Em virtude de recomposições múltiplas e complexas de que são objeto os movimentos públicos e clandestinos, nossas propostas de análise não poderão ser estendidas, sem precauções, às ações posteriores. Depois de haver traçado as perspectivas históricas e políticas dos acontecimentos, examinaremos a relação entre o indivíduo e o coletivo constituído.

O fenômeno contestatório não deverá ser confundido com o uso da violência. Esta deve, então, ser questionada pelo que é. Desse modo, devemos considerar que a destruição do bem material constitui um dos modos de expressão da oposição. Ela se insere, todavia, em um movimento reivindicativo mais amplo. Os protagonistas da contestação não seguirão todos por esta via, para exprimir seu desacordo. Do mesmo modo, um ato de destruição reivindicado pela FLNC conduz aos locais apenas poucos homens: o comando<sup>2</sup>. A depender dos lugares e das ocasiões, poderá ocorrer que os homens da FLNC também se expressem sem violência.<sup>3</sup> Enfim, não há vítima no discurso dos militantes que falam voluntariamente de alvos materiais, da palavra de ordem de respeito à vida humana e de um modo de denúncia senão de advertência oposta às práticas condenáveis.

A luta armada, vista de fora, é uma ação coerente de um grupo homogêneo. A estratégia de defesa dos homens, traduzida em 1979 diante da Corte de Segurança do Estado, contribui para dissipar a personalidade de cada um, por trás de uma identidade coletiva do povo corsa. Diante de um processo que se esforça para desembaraçar o emaranhado de fios das responsabilidades e dos atos praticados, em conformidade com o Direito francês, que não reconhece o caráter coletivo dos delitos, os acusados, os defensores e os testemunhos favoráveis vão insistir sobre a representação dos atores e sua conformidade a um “ser da Córsega” historicamente enraizado. Ora, os atores da ação violenta reencontrados não

explicam necessariamente sua passagem ao ato em uma perspectiva única. Para além dessa justificativa jurídica, que opera em comum, a análise sociológica deverá dar conta do engajamento pessoal na ação coletiva. Também é na articulação das experiências coletiva e individual que situaremos nosso questionamento.

### **Território e apropriação da palavra visando à constituição da ação coletiva**

A ação violenta é, para certos militantes oriundos da tendência autonomista, guiada pela surdez do Estado, em relação à reivindicação popular; enquanto que para outros, ela é usada apenas para significar a ruptura com a demanda e o método. A mensagem se dirige, nesse caso, tanto ao Estado quanto aos membros de movimentos julgados muito moderados. A *Nuit Bleue* de maio de 1976 introduz um novo ator na cena política. Por suas escolhas e seus atores, os homens contribuem para escrever a história dos povos aos quais pertencem. Para um segmento importante da juventude, a ação permitirá reintegrar o curso do tempo e o uso da violência, fornecendo uma resposta legítima para essa exclusão. Precedentemente, o tema da revolta armada destinada a pôr fim a uma injustiça ou a uma opressão foi popularizado pelo movimento genericamente designado pelo termo “*reacquistu*”<sup>4</sup>. Realizando uma junção comportamental com os gestos dos ancestrais, essa operação permitirá estabelecer uma relação representativa entre os movimentos populares que tinham o poder genovês por alvo (1284-1755) e as ações contemporâneas voltadas para a defesa dos direitos de uso com finalidades pastorais da planície oriental.<sup>5</sup> Esse “retorno” a si mesmo foi uma preparação para a revalorização da língua.<sup>6</sup>

Testemunha da descolonização, a jovem geração percorrerá um caminho de questionamento da autoridade. Contestar a legitimidade da soberania é questionar a democracia. É importante distinguir entre as ações que são direcionadas para as modalidades de exercício da autoridade do Estado e aquelas opostas ao próprio fundamento desse exercício. A reivindicação insular também oscilará de

modo incerto entre esses dois pólos. O incômodo democrático está ainda situado no centro do debate, quando a recusa ao clientelismo torna-se argumento generalizado e unificado. A fraude eleitoral jamais contrariada, abrangendo todos os partidos, e encontrando novos viéses a cada escrutínio, ascenderá o sentimento de estar à parte na República.<sup>7</sup> Mesmo se a terminologia não está em voga no momento dos acontecimentos, será a crise de cidadania que provocará na Córsega os abalos a serem estudados. A cidadania é entendida, aqui, na sua acepção política; ou seja, dizendo respeito à relação que os indivíduos mantêm com o poder. Tanto na teoria quanto no plano empírico, a cidadania passa pela compreensão do fenômeno estatal, que repousa sobre a oposição entre um estado da natureza e um estado de direito.

*[...] quando vemos as pessoas se agarrando às grades e as grades caem, que a polícia e o prefeito não são mais respeitados, que há um desregramento, é uma população que se defende por si mesma. É uma coisa de defesa, isto é a reviravolta de minha vida! Se, em seguida, eu fui para o movimento nacionalista, é porque eu vi os ‘*boues rouges*’<sup>8</sup>; era inaceitável. Eu também entrei na prefeitura, e pronto. A autoridade do Estado vacilou porque ela não estava em sintonia com as aspirações dos cidadãos. Em um dado momento, a gente sentia que tinha um perigo e as autoridades, que naturalmente deveriam assegurar a proteção contra esses medos, contra essas inquietudes, não estavam lá. Nós fomos mais longe; nós ganhamos a causa; a gente estabeleceu regras para o problema, sem eles; a partir de então, se nós não temos mais necessidade deles, nós mesmos estabelecemos regras para o problema. E isso fez um grande bem e veiculou a idéia de independência. Porque num momento dado, todas as estruturas existentes não funcionavam de acordo com o nosso interesse. Depois*

*de ser muito respeitoso com a hierarquia, as autoridades e tudo mais [quando eu era muito jovem], e pensando por volta dos 19 anos, tudo o que me parecia ordem estabelecida, eu vi vacilar, e eu não tive respeito por aquela ordem lá; isto é certo (E5).*

*Quando a regulamentação não é aplicada, então é deixada ao julgamento do mais forte, daquele que intimida mais do que o outro; está terminado. É o fim; o Estado não existe mais. E digo que os funcionários que trabalham na Córsega têm muito mérito. Se você quer, você está em contato com o funcionário e o Estado é completamente demissionário. É preciso mesmo reconhecer. Então, você está lá, você não sabe muito bem como proceder. É realmente uma situação desconfortável (CECCALDI, 2000: 190).*

Coletados em locais diferentes, esses testemunhos traduzem a atitude circunspecta dos corsos diante da autoridade estatal. A convergência do sentimento de desilusão, recolhida em espaços sociais diversos, explica em grande parte a boa complacência inicial dos insulares, em relação aos movimentos contestatórios. Eles são o sinal da inadequação entre a esfera decisória e a base popular. A “coabitação funcional” (ABELES 1990: 98) que o Estado mantém com os insulares na Córsega permitiu – ao corroer a legitimidade do poder central – a chegada de um novo ator à cena política. Os objetivos explicitados pela FLNC, consistindo em uma inflexão global da decisão política num sentido mais favorável aos interesses coletivos, abrirão, no desenrolar dos acontecimentos, o acesso ao poder de uma classe política renovada.

Os anos 1950-1973 são essenciais para apreender a expressão do descontentamento. A ilegalidade que percorre a vida eleitoral sem que o Estado forneça os meios para erradicá-la deprecia fortemente

as bases do sistema político democrático. A exclusão da língua corsa da lei Deixone, de 11 de janeiro de 1951, será recebida como uma verdadeira injustiça cultural.<sup>9</sup> A extensão da lei só entrará em vigor, em 16 de janeiro de 1974, por meio de decreto ministerial. Ora, desde 1971, a associação Scola corsa estava ligada paralelamente ao ensino e a um trabalho de reivindicação pelo reconhecimento da língua.

O projeto de construir uma base atômica em Argentella, em 1960, exacerbando a cólera popular será abandonado. Entretanto, a desconfiança dos insulares quanto ao uso do território está em estado de alerta; ela se reativará várias vezes. Podemos mesmo considerar que as palavras de ordem melhor seguidas são as que dizem respeito ao território e à comunidade. Elas conseguem, devido à sua capacidade de ultrapassar interesses de categorias, ou seja, de facções, formas de mobilização geral.

Na memória social o início da ação armada assume o valor de expressão de tomada de consciência dos filhos do povo corsa, quando apresentado como uma entidade coerente com as aspirações de futuro globalmente homogêneas. Os enfrentamentos, algumas vezes violentos entre os corsos, visavam diferentes destinos para sua ilha e o caráter plural das tendências que existiam entre os participantes para uma redefinição das relações com o Estado desmentem essa visão da história. Muito presente, o contexto pós-colonial também compõe as múltiplas projeções de futuro. O impacto da descolonização da Argélia é inegável e complexo. Parece que o Estado acumulou nessa ocasião um déficit de credibilidade, por diversas razões, em meios díspares de sensibilidade política. Os corsos engajados ou simpatizantes da L’OAS (Organização da Armada Secreta) eram numerosos nessa época. Eles vêem uma confissão de fraqueza na solução política adotada. A geometria variável do território sobre o qual se estende a soberania francesa, e, portanto, a reversibilidade da nacionalidade aparece como evidência para uma diversidade de atores sociais. De maneira mais mecânica, a descolonização terá como conseqüência um déficit na oferta de empregos públicos. É um dado ao qual a população ativa da ilha - cuja composição

tem presença expressiva de funcionários públicos - é particularmente sensível. Essa característica já era denunciada pelo movimento autonomista denominado *muvriste* que, desde 1922, via nessa caçada crônica ao emprego público, fortemente integrado nas estratégias familiares, um freio ao desenvolvimento emancipado. Essa participação dos corsos na construção da colonização é sistematicamente esquecida pelos movimentos nacionalistas que, no entanto, mobilizam amplamente o passado, para construir os projetos de futuro. O fim desse possível investimento político desempenhou, todavia, um papel maior na crise social, a partir dos anos 1960.

Essa crise de confiança toma impulso, em um curto período devido à quantidade de descontentamentos diretamente relacionados ao uso ou à valorização do território. Essas múltiplas contestações expressas, em sua maioria, no espaço público, com a ajuda de meios variados, verão nascer um movimento político clandestino. A necessidade de organizar os homens, os meios e a luta é freqüentemente apresentada como estando na origem da FLNC.

A violência e a política, nesse caso, são difíceis de serem inseridas nos contextos exclusivos um do outro: numerosos militantes estimam que esse era o único meio que permitia, na época, formular uma vontade de mudança, em um espaço político de acesso muito controlado e sensibilizar seus compatriotas para essas possibilidades. Se o caráter instrumental é posto em primeiro plano, quando se trata, por exemplo, de por fim aos atentados ao território ou, ainda, de forçar as negociações, será redutor acreditar que a FLNC não é nada mais que um braço armado; e há um risco muito grande de ocultar outras dimensões, que combinadas ou não a esta, também estão presentes.

O contexto histórico não deve ser negligenciado. Os movimentos de emancipação diante da autoridade se traduzirão sob as mais diversas formas. Os atores encontrados têm a convicção de que, nesse período de profundas transformações sociais, o sucesso de várias iniciativas de contestação política leva a modificações irreversíveis, cuja natureza é encorajar a luta. O ataque (*le minage*) do Navio da

Montédison, quando do episódio denominado “*des boues rouges*”, aparecerá como mais eficaz do que as ações judiciais. Essa percepção, compartilhada por uma ampla maioria da população, não advogará, incondicionalmente, a favor da legalidade.

Entre as diversas apropriações da palavra, as manifestações que fazem ouvir uma voz localizada se caracterizam pelos trunfos de que podem se revelar portadoras. Com efeito, se as reivindicações sempre coletivas estimulam os atributos comuns, no caso da Córsega, a comunidade histórica relembra as legitimidades políticas hoje revogadas. O questionamento da soberania pode se tornar o trunfo de uma reivindicação sediciosa. A violência associada a uma causa nacional é identificada por M. Wiewiorka, que assinala a evolução atual da violência como uma realidade da segunda metade do século XX.<sup>10</sup>

Desde então, quando os insulares dizem “Parem com o lixo em nossos armários de comida” [*Halte à la poubelle dans le garde manger*]<sup>11</sup>, ou quando recusam a monocultura, cada um desejará medir a amplitude da contestação latente do poder do Estado. Interrogam-se se, para além dos interesses compartilhados; não se trata de limitar o exercício do poder do Estado. A instrumentalização de um sentimento de independência como meio para reorientar as negociações é uma hipótese compartilhada por diversos observadores. Ela está situada quando o ator coletivo já está constituído, mas não explica, entretanto, a sua passagem do ator individual para a ação comum.

### **O ator coletivo: uma realidade sociológica que não pode ser captada?**

Desde sempre, o ator coletivo põe um problema, tanto para a Sociologia quanto para o Direito. Os grupos, as categorias de população são, entretanto, familiares aos sociólogos. Se, o sistema de defesa dos vinte e um militantes da FLCN comparece diante da Corte Secreta do Estado, em 14 de junho de 1979, e, particularmente, as argumentações dos advogados se prevalecem do povo corsa, o Direito francês exclui a responsabilidade coletiva, e o advogado geral insistirá na passagem para o ato violento,

organizado, subversivo, tendo por fim a sedição.

Saber que contexto pode conduzir homens jovens e socialmente integrados ao local onde vivem, a empregar meios ilegais, em que a violência é um dos modos de expressão, apresenta outros problemas diretamente ligados à sociologia. O contexto social e a ausência democrática são os argumentos mais freqüentemente utilizados, juntamente com a regressão cultural e principalmente, a recuperação ou manutenção da língua. Entretanto, como observa Wieviorka, as abordagens que se acomodam a esses caminhos explicativos eliminam os próprios atores do campo de estudo (2004: 213).

A pesquisa realizada em 2001<sup>12</sup> junto aos membros fundadores dissipa a unidade de percepção de mundo como cimento da união. A criação da FLNC nos foi explicada como uma ruptura por parte de um conjunto de militantes decepcionados com o movimento autonomista. Entretanto, desde a criação do grupo armado, duas tendências presentes não se inspiram nas mesmas referências políticas:

*Havia, de algum modo, duas correntes. A corrente parisiense, digamos corsa, do exterior, muito influenciada pelo esquerdismo, maoísmo e outros. Eles tinham uma visão muito teórica da instalação de um poder popular, democrático [...] freqüentemente, eles viam a realidade de muito longe. E tinha uma corrente interna de militantes que nunca tinham saído da Córsega e que era quase sempre originária do ARC Pessoas mais pragmáticas, que estavam mais em contato com a terra, em contato com a cultura corsa menos esquerdista, não de direita; de corrente de direita, não tinha. Mas, as abordagens eram bem diferentes a partir dessa formação e desse vivido (E5).*

*Eu pertencia ao Partido Corso para o Socialismo [PCS], que agrupava uma trintena de pessoas, originárias de maio*

*de 68 e da Frente Regionalista Corsa [FRC], sobretudo em Paris. Esse pequeno grupo tocava um trabalho teórico, sem contato com os grupos clandestinos armados que agiam na Córsega. Nós difundíamos jornais confidenciais. A FPLC entrou em contato conosco, depois de nossos comunicados favoráveis à libertação nacional da Córsega, publicados em 1975 (E1).*

A existência de bases diferentes, no momento da criação é, doravante, encoberta, por um discurso de unidade, que convida todo o povo corsa a se unir. As numerosas divisões autorizam, hoje, os atores políticos a exprimirem essas famosas divergências com as quais eles foram, entretanto, compostos. A propaganda contava mais do que com as armas, nos disse esse militante de tendência esquerdista. A constituição de uma organização pública era um verdadeiro trunfo. A criação da FNLC e a luta armada deveriam ser instrumentos apenas em um momento. A violência nos é apresentada a partir de um ângulo utilitário. Encontramos essa percepção entre outros informantes.

A distância entre os componentes agrupados não cessará de apresentar problemas para a própria organização da luta. A despeito dos esforços permitidos ao mais forte deles para expor uma coerência, os protagonistas não escondem mais terem fracassado nas lógicas de harmonização, indispensáveis para um projeto de sociedade.

*No primeiro ano, logo antes de nossa prisão e da chegada de outros responsáveis, as discussões entre os defensores da libertação nacional e os defensores da libertação social freava uma tomada de decisão (E2).*

*Eu vivi o lado estudante; eu não compreendia o recorrer à violência, a não ser pela independência. Então, se se recorre à violência para chegar a uma separação, eu penso que a gente*

*só deve entrar na violência para atingir a independência. Eu recusei aderir à FPCL porque autonomia e violência, eu não via... (E4).*

Como atores individuais tão diferentes conseguiram se associar em um coletivo? A vontade de desqualificar a oposição direita/esquerda, atributo de uma carta mental francesa, permitirá uma coabitação declarada apolítica, mas não sem tensões. A proclamação de pertencimento étnico constituirá um elemento federativo. Em 1964, o CEDIC<sup>13</sup> publicava um “manifesto pela etnia corsa”. O tema da “decorsização” da ilha e do desaparecimento da comunidade histórica aparecia como uma justificativa maior para a reunião das vontades de mudança e de ruptura com os partidos clássicos. A argumentação terá uma influência profunda e durável sobre a tendência contestatória, autonomista, em seguida nacionalista. É preciso observar que a relação com o Estado-nação é muito próxima da concepção de Gellner, que endossa a legitimidade dos detentores do poder, análoga à dependência dos governados. A comunidade política é pensada em oposição ao Estado-nação muito mais do que em termos de um projeto político de futuro. A ênfase do fundo comum, na ocorrência identitária, passa para segundo plano os aspectos sociais que não estavam, entretanto, ausentes das primeiras sensibilizações. Vários informantes, lembrando a situação desastrosa da Córsega de então, explicarão seu engajamento pelo imobilismo do Estado oposto ao desejo de mudança social. A esses motivos de ordem política e do domínio coletivo acrescentam, freqüentemente, experiências pessoais, na maior parte das vezes afastadas dos grandes acontecimentos internacionais. A contribuição estimável à organização é um critério de natureza a legitimar, como em toda empresa, o recrutamento e a posição no organograma: a capacidade de procurar armas, de manipular explosivos ou, ainda, de entregar outros tipos de bens e serviços são exemplos eloqüentes. As situações continuam suscetíveis de inversão ao acaso das contribuições que podem assegurar uns ou outros.

O sujeito do tempo político, nos diz Rezsohazy, permite combinar duas abordagens habitualmente opostas: a explicação a partir das estruturas, das situações determinadas e determinantes e a explicação a partir dos atores, de sua vontade de fazer sua história.<sup>14</sup> A entrada na FLNC, a simpatia ou o fornecimento pontual de um apoio logístico constituem, de algum modo, o encontro entre a história coletiva e aquela de cada um. O autor continua uma reflexão muito instrutiva, sobre o ator político, ao longo dos tempos. As regras democráticas fixam a duração dos mandatos e as condições de designação dos eleitos. O desregramento desse sistema é, por outro lado, um argumento maior por meio do qual os atores locais, participantes ou não, explicam a emergência dos movimentos políticos não convencionais. O fenômeno geracional assume, então, toda a sua dimensão. Trata-se, para os atores excluídos da participação na política tradicional – alguns de retorno do estrangeiro, formados nas universidades continentais – de ver diferentemente o futuro. Se, as projeções políticas ocupam evidentemente um lugar importante, o problema do grupo e dos indivíduos nos preocupa mais particularmente. Entretanto, esse problema não tornou mais fácil ou mais árduo decifrar as diferentes correntes ideológicas.

Certamente, o ator coletivo vai produzir e difundir sentido em seu entorno; entretanto, o ato de pensar o seu engajamento se realiza no espaço íntimo de reflexão de cada indivíduo. Não é preciso procurar as divergências entre os protagonistas para fragmentá-los na FLNC no seio da qual se unem. Dan Sperber, separando a palavra e o pensamento e ainda o indivíduo e o grupo, nos põe no caminho da apreensão complexa do ator coletivo.<sup>15</sup> Apenas as representações ideais comunicadas podem ser compartilhadas. Elas são, segundo Sperber, objeto de uma versão mental em cada um dos membros do conjunto: o indivíduo é entendido na sua realidade de ser pensante, não constituindo com o coletivo uma unidade de perfeita coincidência.

A socialização, a cultura, o contexto, a frustração são também elementos presentes nas diferentes teorias explicativas. Coletamos numerosas anedotas

e motivações apresentadas como elementos engajadores. A articulação no seio de um conjunto teórico coerente continua incômoda. Não podemos deixar de lado a racionalidade, reside ela no testemunho ou na tentativa analítica.

### **O militante e a organização: a racionalidade em questão?**

A luta armada parece ter se imposto, por si mesma, como uma necessidade para fazer ouvir uma voz dissonante em uma divisão política estabelecida e pouco inovadora. Entretanto, quando as testemunhas relembram suas tentativas de serem racionais, o fazem, geralmente, a propósito da gestão dos homens e dos meios. As precauções a serem tomadas para pôr os homens ao abrigo da repressão constituem um momento importante de discórdia. Os clandestinos são muito divididos em modalidades suscetíveis de garantir sua segurança. Para alguns, o mais perfeito anonimato, assegurado pelos grupos restritos em que o interconhecimento tem um papel capital, é o melhor meio. Para outros, ele provoca rupturas no seio do movimento, a legibilidade da composição acentuando os riscos de desvios e disparidades decisórias no território.

A suposta racionalidade que consiste em usar, tal como uma fonte instrumental, o recurso à violência é mais complexa do que parece. As negociações suscitadas pela *passagem ao ato* não são totalmente previsíveis. Uma parte de imponderáveis difíceis de serem apreendidos subsiste; os colocadores de bombas sabem muito bem que existe um perigo na manipulação dos explosivos e que eles podem incorrer em sanções penais se forem identificados. Os cálculos prévios podem não ser suficientes para traduzirem o engajamento. Entretanto, o fio condutor das narrativas das experiências apresenta, para além das contradições, certa forma de coerência.

A escalada da violência é sempre explicada pela força do Estado e de seu arsenal repressivo. Um combate político está sujeito às interações. Se as tréguas e promessas eleitorais não rompem com a totalidade de explicações, em termos de instrumentalização,<sup>16</sup> mostram as composições inevitáveis com o outro.

Como ter certeza do que faz parte do enfrentamento com o Estado central e do que são as conseqüências daí advindas? Creys-Malville, manifestação anti-nuclear que se transformou em violência não controlada, fornece um triste exemplo. Nessas hipóteses sobre as prováveis reações de uns e de outros, a FLNC só pode ser confrontada com a avaliação do caráter razoável, ou não, de suas ações. Apesar de tudo, havia um pouco de confiança no sistema francês, concluiu esse militante longamente encarcerado depois do testemunho que se segue:

*Alguns nos apresentam como românticos, mas a gente conhecia o risco físico e a prisão. Mesmo na prisão, a gente não estava consciente das penas incorridas. Pensávamos que o Estado ia compreender; é por isso que a gente falava de propaganda armada. A gente admite que fez isto, mas se discutimos e se não fazem para nós um plano de desenvolvimento. Para nós, é isto que está subjacente; a gente não imaginava o tamanho das penas [...] A gente levantava, no nosso grupo, no início da prisão, hipóteses, pensava três anos, quatro, talvez. Quando ouvimos, dez anos. Eu peguei dez anos, então era o mínimo diante dos fatos. Mas, a convicção íntima dos juízes me considerava como um responsável. Eu era julgado pela participação em um atentado; eu peguei dez anos (E2).*

A percepção, com toda a subjetividade que a envolve, apresenta claramente uma escolha estratégica. O que é feito do sociólogo, quando se esforça para elucidar o comportamento dos outros? Ele sabe o suficiente para reconstituir o conjunto desses fenômenos que se apresentam aos olhares mais agudos, porque intimamente, dentro de cada um de nós e, para alguns, tão indisponível à palavra, que eles talvez não tenham jamais dito inteiramente o que são para aqueles que os aceitam, apesar de dizerem um pouco sobre si mesmos? Persuadido da justiça de



seu combate, esse oponente do Estado esperava, entretanto, se ouvirmos suas palavras, a compreensão do mesmo, confessando sua própria ingenuidade.

A presença dessa subjetividade é conhecida; mas, como traduzi-la para aqueles que, como nós, se esforçam para pôr em perspectiva o agir e o pensar? Esta a razão de sublinharmos, com a ajuda preciosa de Dan Sperber, que a irredutibilidade das idéias é válida para aqueles que constituem um coletivo. Ora, o melhor que fazemos é nos aproximarmos dos pensamentos que são expressos, ou seja, daqueles que, desde então, poderão ser objeto de uma representação ou de uma contradição, em cada um dos membros de um coletivo.

Evidenciar as trocas entre atores e pequenas unidades grupais, a nosso ver, é uma via suscetível de dar conta do caráter social do grupo constituído. Percebemos o lugar do relacional, a proximidade ou o afastamento intelectual de uns em relação aos outros, as solidariedades por afinidade etc. O retorno sobre esse momento da história política só podia nos levar em direção à sociologia das organizações e ao interesse que ela tem pelo meio social. A releitura de Coleman, sugerida por E. Lazega, é, nesse sentido, rica em propostas que dão às trocas sociais o lugar que lhes deve ser atribuído na constituição e evolução de uma organização.

Aqueles que temos o hábito de observar como população, porque apresentam certo número de características comuns, nos permitem apresentar questões, procurar problemas e buscar abordagens explicativas. Entretanto, existem certos domínios em que essas tentativas de estabelecer prioridades na análise se revelam mais delicadas, pois umas e outras fornecem elementos parciais para a compreensão. As contradições que as atravessam parecem irredutíveis. E nós mesmos somos confrontados a uma realidade cuja complexidade não se pode traduzir bem.

A constituição de um ator coletivo faz parte desses questionamentos que levam a reinterrogar a grande dicotomia que estrutura a disciplina. Um dos desafios da sociologia contemporânea consiste na procura de abordagens pertinentes. O indivíduo, o meio ambiente, o contexto histórico, a história pes-

soal ou o acontecimento imprevisto e, ainda, os sentimentos todos são fatores que justificam uma ação. Dizer o peso de cada um na tomada de decisão seria querer ordenar, a qualquer preço, segundo prioridades exteriores ao próprio ator, a importância de seu vivido. No entanto, o ator nos fornece uma palavra que cabe a nós situá-la no seio de uma análise.

É então que aparece a necessidade de formalizar os diferentes níveis do desenvolvimento da ação coletiva. Considerar a transgressão da lei como uma ação no sentido em que ela é deliberada e socialmente construída nos levará, necessariamente, a questionar a racionalidade nas duas facetas que lhe atribuem Boudon e Bourricaud, a saber: cognitiva e praxeológica.

Depois de ter sondado os limites da teoria da escolha racional, J. Elster propõe adicionar as normas sociais. As motivações para agir coletivamente podem combinar interesse individual e normas socialmente estabelecidas. Estas constituem um fundo disponível aos indivíduos para que possam evidenciar suas ações. A norma da reciprocidade descoberta pelo autor norueguês não é primordial, quando esse militante se dirige a nós? “[...] o Estado francês não se comportava conosco como um bom pai de família, nós o renegamos!” (A6).

A falta do código de reciprocidade é ainda mobilizada quando os cidadãos pesam sua decepção por não serem uma prioridade do Estado, com as conseqüências sociais das duas guerras mundiais. Recorrendo a fundamentos gerais, mas operantes, os atores da época lançaram as bases de uma possível contestação política. A atenção voltada para estes permite ler o argumento da *Lei de Talião* que opõe a violência política como resposta à violência do Estado sem duvidar do pertencimento a este último.

### **Por um reexame das leituras teóricas**

Se se admite considerar a violência como um meio de contestação, dentre outros, é preciso refletir sobre as abordagens teóricas que permitem que a pensemos. À margem dos recursos discursivos mobilizados pelos autores, é conveniente apreender esse tipo particular de ação política.

Recusar a causalidade única e unitária para fazer eco aos atores é a dificuldade teórica sobre a qual se chocam os pesquisadores desejosos de apreender os mecanismos da ação coletiva. Charles Tilly enumera os modelos explicativos desse tipo de ação (TILLY, 1986: 229), mas, a construção de um modelo que dê conta da formação dos grupos contestatórios continua indisponível. Em um outro inventário crítico das grades teóricas consagradas à mobilização, Chazel apresenta as contribuições sucessivas, de cada uma, à sociologia.

Afastado das perspectivas estritamente utilitaristas, o autor sugere uma exploração melhor das pistas capazes de fornecer esclarecimentos sobre as condições favoráveis para a emergência de uma ação coletiva (CHAZEL, 1986: 265-268). Esforçando-nos para resolver a questão da criação da organização, ela certamente reterá nossa atenção. O paradigma econômico particularmente demonstrou seus limites e Chazel inverte, apropriadamente, a perspectiva olsoniana, mostrando que as incitações seletivas não podem motivar a gênese de um movimento contestatório do qual elas são, de modo mais verossímil, produto (*ibid*: 263).

Os reagrupamentos por afinidade devem, ainda, encontrar seu lugar na constituição de um grupo clandestino, pois a confiança é um fator capital para a sequência da ação. E os testemunhos recolhidos demonstram essas dimensões propriamente subjetivas evocadas por Wieviorka (2004: 284). Os membros fundadores que encontramos insistem na força das relações interpessoais. Ela permitia, dizem eles, exercer certo controle sobre os riscos de desvios, indubitavelmente presentes na escolha da luta armada.

As noções de “do grupo” e “de fora do grupo”, evidenciadas por Merton, podem igualmente se mostrar úteis para se apreender a vida interna dos comandos. Os ativistas abordam com boa vontade o tema do grau e do tipo de coesão do grupo. O sentimento de exclusão da cidadania francesa acentuará a unidade regional. A partilha do segredo da clandestinidade que unifica a rede mostra-se, às vezes, insuficiente para manter a coesão. A insistência dos

militantes em apontar as tendências “parisiense-esquerdista”, estudante, agrícola subentende a fragilidade que não desmente as múltiplas cisões.

Essas posições de princípios propiciam as condições requeridas, que permitem aceder a um nível intermediário de leitura dos fatos situados entre a motivação individual e a passagem ao ato do coletivo. Thomas Schelling convida o leitor da *La Tyrannie* a desconfiar das conclusões apressadas das passagens das fronteiras metodológicas (1980: 20). Sofremos, ainda, para construir uma explicação geral que dê conta das múltiplas facetas do engajamento de um, no conjunto. Considerações cuja visibilidade não é gritante escapam, muitas vezes, à nossa observação, sobretudo quando de retornos diferenciados sobre fragmentos da existência.

Assim, a confiança e a amizade têm um papel importante na constituição desses grupos. É o que se evidencia no apoio dado aos militantes em dificuldade, pelos próximos, mesmo quando notoriamente marcados por outros pertencimentos políticos; podemos, então, admitir que a estima construída em outras esferas possa conduzir ao apoio e ao agrupamento em torno da causa de outro. Nas representações do grupo, essas relações engajam igualmente a lealdade de um em relação aos outros. A idéia difundida entre os informantes é que as mudanças ocorridas após as prisões, a ampliação do movimento, a reorganização dos setores de intervenção e divisão destes terão, consideravelmente, ferido essa confiabilidade. Se se considera o movimento clandestino em um momento T, posterior à sua formação, o modelo olsoniano pode ser aplicado.<sup>17</sup> Os indivíduos presentes à origem, recrutando pessoas julgadas seguras, reconhecem um distanciamento, às vezes, um afastamento, coincidindo com a chegada dos novos atores, posicionados em outras bases e visando outras práticas.

O interesse demonstrado por Lazega pelos parâmetros sociais situa o ator no coletivo constituído. As trocas sociais relativas à estrutura encontram, assim, seu lugar em uma perspectiva de generalização, abrindo uma inteligibilidade sobre a negociação das cooperações, por exemplo, no caso que analisamos.

Os nichos sociais aparecem também para dar conta das redes de relação multilaterais que atravessam uma organização, inserindo ou excluindo alguns de seus membros, ameaçando ou reforçando a coesão do grupo.

A concorrência de status evidencia os acordos potenciais, do interior, entre detentores de recursos desiguais no seio de um coletivo. No que diz respeito ao movimento clandestino, a capacidade de agir, entendida como um “saber fazer calculado” e uma capacidade de dialogar com o poder central, não pertencendo sistematicamente aos mesmos atores, as lutas pela influência não tardarão a distender os laços que haviam sido tecidos pela necessidade de uns e outros. Os jogos sociais não se situam mais unicamente fora; os entrelaçamentos que unem o indivíduo a seu grupo de pertencimento e a politização interna e dinâmica das relações que se processam em torno destes podem ser apreendidos em diferentes níveis.

As projeções políticas mantêm, evidentemente, uma relação estreita com as temporalidades. A opção de luta escolhida deve também ser sustentada pelo tempo necessário. Alguns depoimentos animados por um espírito revolucionário visam curta duração. Ora, a incerteza reside, seguramente, na construção de tal empreendimento. A longevidade modificará, no cotidiano, as relações interpessoais, as decisões que deverão ser tomadas diante das respostas do Estado e, a longo prazo, o futuro do projeto e da gestão dos meios.

A degradação das relações entre ex-companheiros de armas retrabalhará as introspecções e as lembranças de cada um. O arrependimento sempre está presente, quando não o de ter atingido o pretendido, aquele da evolução das coisas ou ainda dos erros cometidos em um ou outro momento. Sabemos bem que o tempo passado impregna o nosso corpo tanto quanto as lutas fratricidas degradaram o nacionalismo insular, engendrando dores e rancores. Os jovens fundadores de ontem são, hoje, homens maduros, informados sobre as mutações políticas locais e mundiais e a sua visão política, no momento da pesquisa, será, sem dúvida, transformada.

## A propósito da pesquisa

Este artigo é fruto de pesquisa feita pelos dois autores em 2001. Trata-se de investigação social de um tipo particular, na medida em que os membros fundadores da FLNC são pouco numerosos e não são intercambiáveis. Começamos esta pesquisa com um encontro com um militante, autor de uma obra, e, devido a isto, notoriamente conhecido por sua ação fundadora. A menor recusa em participar, a menor indisponibilidade poderia causar sérios problemas. Se evitamos, habitualmente, designar um informante por outro nome, nos asseguramos, nesse caso específico, da composição da equipe inicial. Quando foi possível, pedimos que fôssemos recomendados, ou seja, quando os antigos irmãos de luta não se recusavam a falar conosco. Quando necessário, entramos em contato diretamente; os informantes jamais recusaram as indicações, permitindo que prosseguíssemos com a pesquisa. A literatura referente à clandestinidade atribui, freqüentemente, a fundação a militantes que se juntaram mais tarde ao grupo existente. Sob este aspecto “obscuro”, encontramos, certamente, aspectos incontornáveis, pois estavam acostumados à solicitação jornalística. Apesar de nosso bom conhecimento em história política e dos homens, atores esquecidos por todos voltaram para a frente da cena. Um de nós foi para a Córsega onde está um antigo criador da FNLC. O testemunho sobre os fatos reprimidos é algo especial porque portador das batalhas penais. Alguns se entregaram com grande boa vontade a relembrar momentos passados. Outros militantes, tendo construído seus sistemas de defesa para negação dos fatos, foram freqüentemente reticentes em admitir efetivamente sua participação. Algumas vezes, as informações sutilmente e/ou maliciosamente destiladas permitiam corroborar. Sensíveis a esta demonstração de confiança em nossa capacidade de reconstituir um quebra-cabeça, endereçamos a todos a expressão de nosso simpático reconhecimento.

É preciso observar que o sentimento da iniqüidade da justiça francesa conduziu o coletivo, a compaixão pelos compatriotas, mesmo quando, po-

liticamente afastados da idéia de independência. A despeito dos anos passados, como transformar sob o olhar dos seus e, talvez, sob seu próprio olhar, a imagem de vítima do Estado francês? Enfim, a clandestinidade é um estado delicado: ele nos foi confessado a *posteriori*, garantia útil para a continuidade das atividades, e compreendemos facilmente que um militante guarde silêncio sobre seu engajamento presente. À parte essas considerações, o trabalho de campo não está isento de convivialidades e cooperações que integram o cotidiano do pesquisador da sociologia.

## Notas

<sup>1</sup> F.-M. Ceccaldi, "Construire les territoires de l'autre", *Socio-Anthropologie*, n° 9, pp. 109-124.

<sup>2</sup> Esse grupo restrito, mas com a reputação de representar a FLNC, age em nome do coletivo.

<sup>3</sup> As reuniões públicas, as panfletagens, uma campanha eleitoral, o voto ou a abstenção são tanto meios como momentos de expressão dos quais não são necessariamente excluídos os clandestinos.

<sup>4</sup> Reapropriação.

<sup>5</sup> F.-M. Ceccaldi, "Mémoire collective et conscience individuelle: éléments de réflexion autour de l'exemple corse", 15 páginas. Comunicação feita no Colóquio IPRESCO: Les temporalités sociales, Poitiers 20-21 novembro 1998.

<sup>6</sup> Cf. F. Etori, *Le mémorial des Corses*, pp. 334-414. A criação, em 1880, do *Bulletin des Sciences Historiques et Naturelles de la Corse*, precede o de *Tramuntana*, fundado em 1896. *La Corse Historique* de P. Lamotte e os trabalhos pré-históricos J. Grosjean, J.-L. Jehasse e G. Moracchini precedem a criação do *Muntese*, em 1955.

<sup>7</sup> Podemos consultar, a título de documento, o dossiê da fraude eleitoral no n° 9 da *Revue Kyrn*, publicado em março de 1971. Um glossário da fraude eleitoral mostra o humor de abusado relacionado à designação democrática dos eleitos. Alguns exemplos, dentre os mais significativos: Lei: feita para ser mudada. Sobre tudo em matéria eleitoral; sufrágio: como é universal, existe como piada na Córsega; votar: cumprir seu dever de cidadão, freqüentemente com o sentimento de perfeita inutilidade; policiais: encarregados pela lei de proteger a prefeitura e, em seu interior, o prefeito (mesmo quando ele fraudar); cemitério: escritório eleitoral onde são forjadas numerosas maiorias [...].

<sup>8</sup> O caso denominado "des boues rouges" diz respeito aos dejetos marinhos de bióxido de titânio, jogados ao longo do Cabo Corsa por uma companhia italiana, a Montedison. Ela pagará

por meio de um processorelâmpago e pelo descontentamento de uma parte crescente da população corsa. Mais uma vez, a população reage diante de um atentado ao meio natural. A contestação respeita o modelo da época (NIMBY).

<sup>9</sup> Devido à língua corsa ser um dialeto italiano e não uma língua completa, ela não será incluída na lista exaustiva da lei Deixoné. Ainda em 1971, um complemento de lei do ministério considerava o dialeto da Córsega como estando à procura de sua unidade e codificação.

<sup>10</sup> M. Wievorka, *La Violence. Voix et regard*, Paris, ed. Balland, 2004, pp. 54-55.

<sup>11</sup> Essa palavra de ordem está relacionada com o caso, já citado, dos dejetos marinhos de bióxido de titânio, jogados no Cabo Corsa pela companhia italiana.

<sup>12</sup> Voltaremos mais tarde sobre as condições de pesquisa nesse caso específico.

<sup>13</sup> Comitê de Estudos e da Defesa dos interesses da Córsega.

<sup>14</sup> Rudolf Rezsöházy, "Le temps politique", in *L'Acteurs et ses raisons, Mélanges en l'honneur de Raymond Boudon*, Paris, PUF, 2000, pp. 11-24.

<sup>15</sup> Dan Sperber, *La Contagion des idées*, Paris, Odile Jacob, 1996, p. 50

<sup>16</sup> Podemos admitir que suspende as ações violentas ou acentua-las apresenta um caráter instrumental.

<sup>17</sup> Melhor do que as especulações culturalistas mobilizando as hipotéticas leis da omertá, o modelo *voice, exit and loyalty* permitida contar com comportamentos do militante em relação aos seus "irmãos de armas".

## Referências Bibliográficas

ABÉLÈS, Marc (1990), *Anthropologie de l'État*. Paris: Armand Colin.

BIRNBAUM, Pierre (sous la dir. de), (1997), *Sociologie des nationalismes*. Paris: PUF.

CHAZEL, François (1991), "Individualisme, mobilisation et action collective", in Pierre Birbaum et Jean Leca (sous la dir. de), *Sur l'individualisme*. Paris: Presses de la FNSP (1re éd. 1986), pp. 244-268.

CHAZEL, François (2000), *Aux fondements de la sociologie*. Paris: PUF.

CECCALDI, Francesca-Maria (2001), "Construire les territoires de l'autre: la Corse", *Socio-Anthropologie*, n°9, pp. 109-124.

CECCALDI, Francesca-Maria et PESTEIL, Philippe (2003), "Créarea Frontului de Nationala din Corsica si folosirea violentei ca expresie politica" in Gilles Ferréol et Adrian Neculau (sous la dir. de), *Violenta, aspecte psihosociale*, Iasi, Polirom, pp. 274-290.

- ECKSTEIN, Harry (2002), "Violence politique. Les approches théoriques", *Cahiers de la sécurité intérieure*, n°47, janvier-mars, pp. 167-193.
- ELSTER, Jon (1989), *The Cement of Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAVEREAU, Olivier (1997), "L'incomplétude n'est pas un problème, c'est la solution", in Bénédicte Reynaud (dir.), *Les Limites de la rationalité: les figures du collectifs*. Paris: La Découverte, pp. 219-223.
- GELLNER, Ernest (1983), *Nations et nationalisms*, Oxford, Blackwell.
- GURR, Ted (1970), *Why men rebel*. Princeton: Princeton University Press.
- LAZEGA, Emmanuel (2004), "Rationalité, discipline sociale et structure", *Revue française de sociologie*, avril-juin, pp. 305-329.
- MERTON, Robert K (1997), *Éléments de théorie et de méthode sociologique*. Paris: Armand Colin, (1<sup>er</sup> édition en langue anglaise: 1957).
- REYNAUD, Jean-Daniel (1989), *Les Règles du jeu. L'action collective et la régulation sociale*. Paris: PUF.
- REZSOHAZY, Rudolf (2000), "Le temps du politique", in *L'Acteur et ses raisons, mélanges en l'honneur de Raymond Boudon*. Paris: PUF.
- SCHELLING, Thomas (1980), *La Tyrannie des petites décisions*. Paris: PUF (1<sup>re</sup> édition en langue anglaise: 1978).
- SPERBER, Dan (1996), *La Contagion des idées*. Paris: Odile Jacob.
- TILLY, Charles (1991), "Action collective et mobilisation individuelle", in Pierre Birbaum et Jean Leca (sous la dir. de), *Sur l'individualisme, op. cit.* pp. 313-243.
- WIEVORKA, Michel (2004), *Voix et regard*. Paris: Balland.

**Tradução de Cíntia Ávila de Carvalho,**  
Doutora em Ciências Sociais na área de  
Itinerários Intelectuais e História dos Saberes,  
Unicamp; professora da Universidade Federal  
do Espírito Santo.